

Sarney nega possibilidade de um novo congelamento

TV Manchete — Reprodução

O presidente José Sarney negou a possibilidade de um novo congelamento de preços, em entrevista ao jornalista Villas-Bôas Corrêa, que a TV Manchete transmitiu ontem à noite. Disse que "não se pode fazer congelamento hoje, porque não podemos resolver o problema dos preços se não resolvermos o problema do déficit público".

Na entrevista de 30 minutos o presidente reconheceu que o Plano Cruzado foi um fracasso. "Ele pode ter fracassado, mas não foi culpa do governo. Politicamente todo mundo tentou derrubar o Plano Cruzado. Tivemos mais de duas mil greves", queixou-se. Sarney ressaltou, no entanto, que o governo distribuiu renda "como nunca se tinha feito no Brasil. Ele poderia ter tido sucesso".

Constituinte — O presidente José Sarney criticou, ainda, o texto da nova Constituição, considerando-o "sem unidade e diretriz certa". A Constituinte, segundo a avaliação do presidente, "ficou voltada para o passado e não para o futuro". afirmou que "os assuntos contingentes e circunstanciais dominaram a Constituinte" e citou, entre eles, a própria questão da duração do seu mandato. "Uma minoria tomou conta desses assuntos. Fez bandeira desses assuntos e durante todo o tempo impediu que se discutisse, com profundidade, as grandes linhas nacionais", acrescentou o presidente.

O presidente comparou o atual texto constitucional ao de 1946, "que ficou voltado para o Estado Novo quando deveria estar voltado para o futuro e durou muito pouco". O teste de agora, prosseguiu Sarney, "está com o mesmo peso". Acha que não "se teve oportunidade de fazer a Constituição que desejávamos". Em consequência disto, segundo o presidente, "devemos perseguir o ideal de modificar a Constituição". E completou: "O texto cria faixas muito perigosas de ingovernabilidade. Tem que ser modificado. Mas acho que há uma consciência neste sentido, pois já passou a fase de efervescência". Segundo Sarney, "devemos nos limitar a corrigir pontos essenciais, que deem governabilidade para o país".

"No momento em que o mundo se abre para uma economia cada vez mais interdependente, não se pode ter um texto que freie o país, que seja retrógrado, no que diz respeito à abertura para o exterior, à liberdade das empresas, a liberdade para se contratar, em matéria de horas de trabalho. Esta decisão, aliás, deve ser tomada pelos sindicatos e as empresas —, disse o presidente. Sarney citou ainda, como itens que devem ser corrigidos no segundo turno da Constituinte, o tabelamento dos juros em 12% e o cerceamento das empresas, com capital estrangeiro, a participarem do setor mineral.

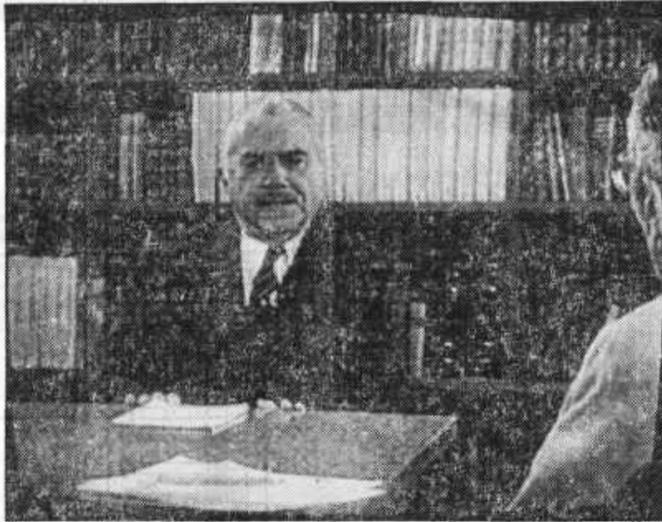
"Temos que fazer de tudo para tornar a nova Constituição viável. Nenhum presidente tem sido tão democrata. Tenho dado exemplo de tolerância. O presidente tem a obrigação de respeitar o texto constitucional, embora ache que ele não é o melhor. Fui parlamentar durante 27 anos. Eu também tenho direito de discuti-lo", acrescentou. José Sarney criticou também o sistema de voto proporcional:

"É desintegrador dos partidos porque a luta se faz dentro dos próprios partidos e não entre os partidos. Não existe democracia nenhuma e um sistema partidário que possa sobreviver com o voto proporcional. Este é que é o problema de fundo e que nos faz ter receios quanto ao futuro porque não temos partidos que operem o poder civil. E não tendo partidos que operem o poder civil sempre nos faz temer o risco da instabilidade".

Eleições — O presidente afirmou também que a Constituinte criou muitas obrigações nas disposições transitórias, sem dar fontes naturais de recurso. "Isso é inviável. Como poderemos pagar? O governo tem três fontes de renda: impostos, títulos e emissão. O que o Estado vai fazer? Vamos aumentar o endividamento, ou aumentar a emissão. Isto gera a hiperinflação incontrolável", protestou.

Com relação às eleições municipais, o presidente José Sarney assegurou que não colocará a máquina governamental para facilitar a vitória de candidatos, e que não subirá em palanques. Admitindo que seu governo será muito criticado durante a campanha municipal, Sarney disse: "O governo, no Brasil, sempre teve que se habituar a apanhar. Isto faz parte da cultura do país. Me lembro que um amigo me escreveu uma carta, do Nordeste, contando que um orador inflamado, na última seca, terminou seu discurso assim: "Chove, governo incompetente".

□ O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, acha que, se não for modificada, a Constituição terá pouca duração. Entre os pontos que considera atrasados e um obstáculo ao progresso do país, o ministro cita a anistia da correção monetária sobre os empréstimos concedidos pelos bancos aos micro e pequenos empresários urbanos e produtores rurais, durante o Plano Cruzado; o auxílio paternidade, que garante oito dias de licença ao pai; a jornada de seis horas de trabalho e o tabelamento dos juros bancários a 12% ao ano. A apresentação de 1.884 emendas para votação no segundo turno, que começa dia 25 de julho é, segundo ele, sinal de que muita coisa deverá ser suprimida.



Sarney: "Tenho dado seguidos exemplos de tolerância"



Crítica de Sarney

"A Constituinte ficou voltada para o passado e não para o futuro. Os assuntos contingentes e circunstanciais dominaram a Constituinte".



Crítica de Sarney

"O texto cria faixas muito perigosas de ingovernabilidade. Tem que ser modificado".

Resposta de um constituinte

"O presidente joga pedras no telhado alheio, quando o seu é de vidro. Se há alguém que jogou tudo o que podia e não podia nas questões circunstanciais foi exatamente o presidente" (senador José Fogaça, relator-adjunto da Constituinte)

Resposta de um constituinte

"O texto é voltado para o futuro, é corajoso, mas também prudente. O presidente sempre teve seus portavozes na Constituinte. O que está dizendo agora é profundamente injusto" (deputado Adolpho de Oliveira, relator-adjunto da Constituinte)

Parlamentares reagem

BRASÍLIA — "A Constituinte nunca deixou se abater pela crise. Quem deve ter competência para governar é o presidente da República. Ele já usou várias fórmulas e fracassou com todas", disse o deputado Adolfo de Oliveira (PL-RJ), reagindo à entrevista do presidente José Sarney à TV Manchete.

Para o senador José Fogaça (PMDB-RS), "o presidente joga pedras no telhado alheio, quando o seu é de vidro, porque se há alguém que jogou tudo o que podia e não podia nas questões circunstanciais da Constituinte foi exatamente ele".

Adolfo disse que "foi o governo quem mais se preocupou com o circunstancial e o seu mandato", enquanto o texto produzido pela Constituinte "é voltado para o futuro, é corajoso mas também é prudente". Fogaça acrescentou que "quem perverteu e subverteu" a Constituinte foi Sarney.

"É estranho que ela fale no passado", salientou, "quando foi exatamente ele quem se valeu do poder de pressão da máquina do Estado, do clientelismo e do patrimonialismo, que são as coisas mais velhas e viciadas da estrutura do poder, para fazer valer um sistema de poder altamente concentrado, nos mesmo moldes da República Velha".

Para Fogaça, o que Sarney não entende é que o presidencialismo foi mantido "pelas representações parlamentares ligadas às oligarquias". Segundo o senador, quando o Planalto identificou uma maioria no plenário pelo parlamentarismo, conseguiu inverter essa tendência "em três dias e três inconfessáveis noites". Acentuou que "o presidente, ao não permitir que a estrutura do poder se renovasse, não só renunciou à modernidade da política, mas fez também com que o país renunciasse a ao futuro junto com o governo."

Emenda amplia correção em casos de liquidação

BRASÍLIA — O cidadão que aplicou seu dinheiro em caderneta de poupança e os credores privados de instituições financeiras em processo de liquidação extrajudicial — como a Coroa Brastel, a Delfin e a Lume, entre outras — terão direito a correção monetária em todos os seus créditos. Tanto o Palácio do Planalto como a liderança do PMDB apresentaram emendas ampliando o alcance do artigo 52 das disposições transitórias, que antes limitava a correção monetária às dívidas das empresas em liquidação junto ao Banco Central e à Caixa Econômica Federal.

Apoiada pelo governo e pelo PMDB, a medida tem todas as chances de ser endossada pela esquerda e reunir a maioria do plenário no segundo turno. O Planalto e a liderança do PMDB têm argumentos semelhantes para propor a modificação: o dispositivo, tal como está, é limitativo, pois não beneficia o investidor ou credor privado.

Identidade — "O que a sociedade pede é a correção monetária para quem não a tem, isto é, para o investidor privado, para a poupança popular", diz o deputado Albérico Filho (PMDB-MA), primo do presidente José Sarney. A justificativa apresentada por Albérico é exatamente igual, palavra por palavra, vírgula por vírgula, à feita pelo deputado Rodrigues Palma (PMDB-MT).

ligado ao *Centrao*. Na verdade, nenhum dos dois redigiu o texto, que é da autoria do consultor-geral da República, Saulo Ramos.

"Depois que fui acusado injustamente de ter protegido a Delfin, passei a ter interesse especial nessa questão", disse Saulo. Na época do Plano Cruzado, o consultor-geral foi muito criticado por ter suprimido dos decretos-leis sobre a liquidação extrajudicial de instituições financeiras as cláusulas de correção monetária em suas dívidas. Saulo justificou sua decisão argumentando que, como o Plano Cruzado havia extinguido a correção monetária no país, não podia vigorar num decreto.

Durante a votação do primeiro turno, Saulo diz que chegou a enviar carta a vários parlamentares chamando a atenção para a necessidade de chegar a um texto mais abrangente que a apresentada pelo deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), finalmente aprovada. Aberta a fase de apresentação de emendas, pediu a deputados próximos do Planalto que encaminhassem sua proposta.

Teria sido relativamente fácil um entendimento: o próprio líder do PMDB, Néilson Jobim, apresentou emenda supressiva idêntica à elaborada por Saulo, preparada pelo jurista Miguel Reale Júnior, assessor do presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães.

Ulysses dá partida em novo 'trem'

BRASÍLIA — A criação de uma tabela permanente, no dia 30 de junho, para efetivar na Câmara dos Deputados 20 médicos que ali trabalham em convênio com a Fundação Hospitalar do Distrito Federal, não é o único ato do presidente Ulysses Guimarães que contrariou o regimento interno e a Constituição. O Boletim Administrativo do último dia 5 publica resolução que cria um trem da alegria bem maior e caro, com escadas nos gabinetes dos 487 deputados.

O ato altera resolução aprovada pelo plenário da Câmara em 1978, e que apenas nova votação poderia modificar. Cada deputado poderá contratar mais sete funcionários para servi-lo em seu gabinete, aumentando de três para dez o número de empregados a que tem direito. Assim, as despesas com pessoal dos gabinetes triplicará e tudo será pago com recursos da União repassados à Câmara. Por mês, serão Cz\$ 309 milhões a mais.

Atualmente, cada deputado tem direito a um assistente de gabinete, com salário mensal de Cz\$ 170 mil; a um auxiliar de gabinete, que ganha Cz\$ 140 mil; e a um ajudante, que recebe da Câmara Cz\$ 60 mil. O parlamentar pode, se quiser, dividir esse último salário entre dois funcionários. Os gastos mensais, a valores de julho, são de Cz\$ 370 mil.

O ato de Ulysses cria uma tabela com níveis de SP-01 a SP-10 (os cargos já existentes correspondem aos níveis 03, 08 e 10). E os beneficiados entrarão no serviço público sem concurso.

Lei tornou falência um bom negócio

A Lei nº 602A, de 1974, tornou a liquidação extrajudicial de instituições financeiras uma verdadeira mina de ouro, pois congelou seus débitos e deixou seus ativos valorizarem-se livremente.

Em 1985, o decreto-lei 2278 instituiu a correção monetária sobre as dívidas das instituições financeiras em processo de liquidação extrajudicial. Mas, como não tinha poder retroativo, a correção monetária só passou a incidir a partir dessa data. No caso de muitas empresas que foram liquidadas antes de 1985 — a Coroa Brastel e a Delfin sofreram interenção do Banco Central em 1983 —, os seus passivos ficaram sem atualização monetária durante um bom período. Seus ativos, porém, continuaram se valorizando. Dessa forma, em pouco tempo, os donos dessas instituições financeiras, como Ronald Levingstohn (Delfin) e Linaldo Uchôa de Medeiros (Lume), tornaram-se credores do governo.

Na época das liquidações extrajudiciais, o governo garantiu as cadernetas com saldo até 3 mil 500 OTNs (cerca de Cz\$ 5 milhões 500 mil, em valores atuais). O investidor com mais

do que isso precisava esperar a liquidação da massa falida para receber o excedente. Com inflação alta e sem correção monetária, esse dinheiro evaporou-se.

Como as decisões da Constituinte podem ser retroativas, se for aprovado a emenda apresentada pelo Palácio do Planalto e o PMDB, todos os credores e investidores dessas instituições financeiras poderão receber seu dinheiro corrigido, independente da data de intervenção.

□ As lideranças partidárias na Constituinte acertaram acordo para suprimir, no segundo turno de votação, a exigência de ordem escrita do juiz para que se efetue prisão. O relator Bernardo Cabral aproveitará as emendas que substituem a expressão "autoridade judiciária", que consta do texto aprovado no primeiro turno, por "autoridade competente". Com isso, autoridades fazendárias e comandantes militares poderão fazer prisões em navios, quartéis e locais remotos. A modificação preservou também a prerrogativa do Ministério da Justiça para prender estrangeiros a serem extraditados. As propostas que suprimiam o princípio da livre iniciativa do capítulo do direitos fundamentais foram rejeitadas. Foram mantidos o direito de herança, que será tributada, e o direito de propriedade, considerado fundamental.